

## **Brasil, cidade e campo. Urbano e agrário. Dois modelos, dois caminhos**

*Brazil city and countryside. Urban and agrarian.  
Two models and two paths*

*Brasil, ciudad y campo. Urbano y agrario. Dos  
modelos, dos caminos*

**Ruy Moreira**

Universidade Federal Fluminense  
[ruymoreira@uol.com.br](mailto:ruymoreira@uol.com.br)

**Resumo:** Contrariamente ao que dizem os estudiosos e a literatura, o Brasil sempre foi um país urbano. Fato corroborado nos três levantes urbanos – a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Praieira – que marcam a transição da colônia para a independência.

**Palavras-chave:** modelo de desenvolvimento. formação social. revolução urbana.

**Abstract:**

Contrary to what scholars and literary say Brazil has always been na urban country. A fact corroborated in the three uprisings that mark the transition from colony to independence.

**Keywords:** development model. social formation. urban revolution.

**Resumén:** Al contrario de lo que dicen los estudiosos y la literatura, Brasil siempre ha sido un país urbano. Un hecho corroborado en los tres levantamientos urbanos que marcan el paso de la colonia a la independencia

**Palabras clave:** modelo de desarrollo. formación social. revolución urbana.

## Introdução

Já por pelo menos duas vezes, a formação social brasileira experimentou o contexto de uma ruptura de modo e natureza de sociedade: quando do período de auge e declínio do ciclo do ouro no século XVIII-XIX e quando das décadas de urbano-industrialização do século XX. Todas de fases de uma face social urbana.

Em cada uma delas, a solução se dá no embate da face urbana com outra face, esta agroindustrial, dominante, a face agroindustrial vendo a história se mover a seu favor, superando, impedindo e fazendo da luta por ruptura urbana uma história de derrota frente à reafirmação da mesmidade do mesmo, a mesmidade da agroindústria, parodiando o dizer crítico de Monteiro Lobato ao referir-se à natureza constituinte-constitutiva conservadora de nossa sociedade. A primeira deu-se como um interregno entre o ciclo da cana e o ciclo do café, na fase do ciclo do ouro. A segunda, entre o ciclo do café e o ciclo da soja, na fase do que se supunha uma revolução industrial no Brasil.

Este texto é uma reflexão preliminar sobre os eventos da primeira fase. Elo pouco estudado da etapa de passagem da colônia para o Brasil independente. E vista aqui como uma componente orgânica e necessária da transição.

## Os intérpretes e a natureza da formação social brasileira

Tornou-se trivial, talvez por conta da reiteração presente em nossa literatura de todos os campos, dizer-se do Brasil um país de tração e origem agrária. Condição de que nossa sociedade só iria se descartar por volta dos anos 1950, quando, mercê à eclosão urbano-industrial – dita de revolução industrial e urbanização – o arranjo estrutural se altera e os valores da ruralidade histórica, seja isso o que for, dão lugar a valores de cunho urbano, como prática e modo de vida do povo.

E, no entanto, o Brasil é um país de passado de sobressaltos e revoluções urbanas, como a Inconfidência Mineira, de 1789, a Conjuração Baiana, de 1798, e a Revolução Praieira, de Pernambuco, de 1848, três rebeliões que têm a cidade por epicentro e o problema urbano como motivo.

E marcam, por cerca de 50 anos, o modo de transição colonial no Brasil. Os cinquenta anos em que o contexto urbano do ciclo do ouro, visto pela literatura como um *intermezzo* entre os ciclos agrários da cana e do café domina, flui em uma total dissonância com uma sociedade de estrutura e natureza agrária. Considere-se que são três acontecimentos têmporo e espacialmente sucessivos e concatenados, margeando o ciclo dos levantes de independência (1808-1822) e de acomodamento dos conflitos de maioria (1840-1850). Período de disputas de presença no bloco de poder em emergência entre as elites, de olho no nascimento e implemento do Estado-nação independente em formação.

## A cidade no Brasil

Cidade e fazenda nascem, é preciso que se diga, juntas e acopladas no Brasil. Uma particularidade, mas não uma exclusividade brasileira, dos países de origem no modo de produção colonial, como o de nossa formação. Atributo, como é fácil de se ver na constituição da formação social dos Estados Unidos, das sociedades de formação colonial-escravista.

Em todos os cantos, a cidade é o centro que dá vida social às fazendas isoladas e ensimesmadas em suas autarquias, por isso dispersas territorialmente, o núcleo urbano daí emergindo para atuar como o ponto de aglutinação e encontros, estes em geral relacionados aos dias de festa e cívicos de registro e casamento da população disseminada na igreja e da vida política coordenada pelas Câmaras do Senado nas cidades e regiões de maior porte e importância, a exemplo das cidades litorâneas (DEFFONTAINES, 1944; AZEVEDO, 1970; GEIGER, 1963). E não só no interior. No litoral, são cidades nascidas da combinação de fortalezas, núcleos urbanos e áreas de ocupação agrícola, conjuminados no propósito de defesa, expulsão e povoamento das partes do litoral tomadas pelos franceses, ingleses e holandeses, mesmo espanhóis, os excluídos da partilha do Tratado de Tordesilhas, frutos da contingência, mas ordenadas no mesmo padrão geral de arranjo urbano da colônia, unificadas em suas regras, por baixo, pela Igreja, e por cima, pelo Estado colonial português.

A localização da igreja é o centro da arrumação do arranjo urbano, secundada pelo prédio da Câmara do Senado, demais prédios públicos e das lojas de comércio. Este conjunto formando a referência do sistema de

localizações de que faz parte o alinhamento dos sobrados dos fazendeiros e o arruamento e casario que vão se multiplicando ao redor do núcleo urbano assim formado, quanto mais este se expande e mais o seu espaço se densifica. O prédio da igreja é o ponto de referência do ordenamento, ocupando o horizonte de fundo da ampla praça retangular que se abre diante dela, mais sobranceira ainda onde o sítio é montanhoso ao instalar-se no ponto mais alto, acompanhado do cemitério e da escola, em posição mais discreta, à frente o coreto. Nas laterais da praça, os sobrados, dispostos em linha, residências dos fazendeiros só usadas nas épocas festivas e de reuniões políticas na Câmara, em meio aos quais se instalam os prédios da Câmara, das funções públicas e das lojas de comércio. No centro da praça, em destaque, faz-se erguer o cruzeiro. É o núcleo histórico das cidades remanescentes, e mesmo das originadas mais à frente e recentemente, de onde o centro urbano, ganhando a profusão dos prédios residenciais, lojas de comércio menores e o desenho irregular dos arruamentos, cresce ou entra em estagnação.

Trata-se do modelo geral de cidade da formação espacial brasileira, que se espalha pelo litoral e pelo interior continuamente, aqui e ali se diferenciando no espaço e no tempo segundo a necessidade e modo de organização da relação cidade-fazenda a que está a serviço. Modelo que pode ir pouco além da simplicidade do equipamento urbano básico, como nas áreas de maior rarefação, dispersão e modorra de povoamento da ocupação pastoril, nas quais a cidade cumpre o papel de quebra dos isolamentos e conformação de uma vida social fervilhante nos dias de festa da igreja ou do calendário cívico de eleições da Câmara e cargos públicos, unindo numa mesma sociabilidade a população das fazendas e de policultura dispersas. Ou ganha grande vulto e complexidade, ali onde o cotidiano de vida social é já denso e movimentado em si mesmo, como nas áreas portuárias e de grandes núcleos de cultura de exportação do litoral.

O ciclo do ouro vai dar uma grande infusão e permanência a esta estrutura de vida social intermitente e fragmentária, forjando ampla mobilidade migratória, grande expansão das vias de comunicação e intensa relação de interação comercial e de trocas que levam à multiplicação e consolidação das cidades antigas e ao surgimento e proliferação de povoados, vilas e cidades novas, podendo-se mesmo dizer da constituição

pela primeira vez de uma rede de relações contínuas – ou algo próximo ou equivalente – no território da colônia (GEIGER, 1963). Aqui e ali até mesmo reforçando em modalidade nova a relação cidade-fazenda, de algum modo presente nas áreas de atividade minerária, ou a elas complementares, como numa grande nebulosa de arranjo urbano-rural de espaço.

Desde a forma inicial do arraial, a cidade de mineração, então simples aglomerado urbano provisório, ganha esse caráter de um fato urbano em si (FONSECA, 2011), mobilizando, de um lado, a fazenda – de gado, de grande lavoura e sítios de policultura –, como seu entorno, de outro, a indústria – da indumentária à de ferramenta –, como uma atividade intrínseca. A cidade suprindo-se pela troca externa de produtos alimentícios e produtos industriais sofisticados e pela troca interna de produtos artesanais e agrícolas de sua própria origem. Numa grande diferença do arranjo espacial de caráter autárcito da fazenda agrícola do ciclo da cana (logo a seguir, do café).

O arraial é um aglomerado urbano próprio do momento preliminar da faiscação com que a lavra do ouro se inicia. Uma reunião de habitações precárias, nascidas do imediato da descoberta, que logo são abandonadas e migram para outros pontos, tão logo a faiscação se extingue, o todo do arraial se deslocando e se realocando em múltiplos cantos, ao ritmo das descobertas. Logo, porém, que há melhora da técnica, vinda da própria experiência da mineração e do aperfeiçoamento do conhecimento dos procedimentos de extração, a população se desloca com seus apetrechos e utensílios para os veios fixos e mais ricos das montanhas, fonte originária dos cascalhos de faiscação do médio e baixo curso dos ribeirões, para ir fixar-se em aglomerados urbanos permanentes, densos e complexos de arranjo e equipamentos, o simples arraial dando lugar efetivo à cidade. Nas quais o arranjo urbano padrão da colônia é retomado, aqui, porém, plasmado da circulação da moeda e do dinheiro numa situação reflexa da forma elementar de capitalismo que a metrópole está erguendo.

É essa trajetória de vilas e cidades de vida essencialmente urbana, a que se somam as cidades anteriores, quando não as reorganizam ou revolucionam, que se edificam num grande movimento de riqueza e de vida nas áreas auríferas e então se espalha de Minas Gerais para a Bahia, com efeito sobre Pernambuco e todo o norte (hoje Nordeste), Mato Grosso e

Goiás, que vai formar o pano de fundo das rebeliões urbanas do período de virada dos séculos XVIII e XIX.

Seu arranjo urbano é o mesmo matricial do modelo de cidades da formação social brasileira, suas igrejas, Câmaras, prédios públicos, lojas, sobrados e o largo espectro das ruas e casarios que alongam o espaço urbano em derredor, com a propriedade, porém, da majestade e magnificência da personalidade do ouro. Porém da infinidade de ruelas encimadas de sobrados de todos os tipos e formas que sobem e descem os aclives e declives do sítio que informa o seu desenho, o burburinho intenso do comércio, sua multiplicidade de lojas, e de forma de prestação de serviços, a diversidade humana de escravos, homens e mulheres alforriados, artesãos, militares, sacerdotes, o contraste dos bafejados e dos desposados da sorte, a rica pluralidade de manifestação da cultura e das artes, a irradiação difusa da imprensa, das academias literárias, da camada letrada. E, no contraste, da violência do controle e opressão dos aparelhos locais e coloniais da metrópole, da cidade sempre atropelada pelo fantasma do fisco e do contrabando.

Mais que uma cidade, uma nebulosidade de cidade e caminhos, que se põem em contato entre si no quadrilátero estendido do rio das Mortes, afluente do rio Grande, ao sul, e do rio das Velhas, ao norte, afluente do rio São Francisco, onde estão São João D`El Rei e São José D`El Rei (hoje Tiradentes), num extremo, e Vila Rica de Ouro Preto, Sabará e Caeté, num outro, e uma infinidade de povoados e vilas de permeio. E a rede que transborda para além e leva Vila Rica a emendar, para o sul e a costa leste, com São Paulo e Rio de Janeiro, e a imensidade de cidades do vale Paraíba do Sul espalhadas no caminho do escoamento do ouro em uma capitania e na outra, e, para o norte, a Salvador, via margem direita, e Recife, via margem esquerda, do São Francisco, trazendo o limite das capitanias da Bahia e de Pernambuco até o encontro do limite norte da capitania de Minas Gerais, no alto curso do rio, caminhos da repressão e rebeliões do contrabando.

## As cidades e as lutas urbanas

Da fase final da colônia à fase inicial da consolidação monárquica, período de constituição e consolidação da independência, a cidade é territorialmente no Brasil o *locus* das rebeliões que então dominam a transição. Rebeliões que se cruzam, mas se distinguem (incluindo-se a Cabanagem), das várias outras (Abrilada, Setembrada, Novembrada, Balaiada, Sabinada, Farroupilha) que expressam a disputa pela composição do bloco do poder do novo Estado – o Estado independente – e caracterizam todo o transcurso das Regências. E cujo solo de ocorrência é a crescente concentração, seja nas cidades e seja nos campos, do que Maria Sylvia de Carvalho Franco designa “homens livres na ordem escravocrata” (FRANCO, 1983) e Caio Prado Jr. população inorgânica do sistema colonial (PRADO JR, 1961; DIAS, 1989). O crescendo de concentração demográfica que vai formando as cidades populosas do correr das décadas finais do século XVIII e décadas iniciais do século XIX, impulsionadas pelo afluxo migratório da população vinda de dentro e vinda de fora da colônia, mais precisamente de Portugal, atraída pela descoberta do ouro, seja pela oportunidade da exploração aurífera no planalto, seja pela possibilidade de enriquecimento no comércio das cidades dos centros mais povoados do litoral, também bafejadas pela efervecência mineira como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo HAHNER, 1993).

Vila Rica de Ouro Preto, a capital da mineração e local de eclosão da Inconfidência Mineira, em 1789, conta perto de trinta mil habitantes por esse período. Salvador, forjada seja pelo ciclo da cana e seja pelo ciclo do ouro, capital da colônia até 1763, quando esta se transfere para o Rio de Janeiro, e local de ocorrência da Conjuração Baiana, em 1798, soma então pouco acima de cinquenta mil habitantes. Recife, até então capital econômica, por conta da centralidade do ciclo da cana, e local de explosão da série de rebeliões que se sucedem, quase num *continuum*, em 1810, 1817, 1824 e, ao fim, a Praieira, em 1848, reúne cerca de quarenta mil habitantes. E o Rio de Janeiro, capital política e centro de comando e escoamento da produção do ouro, pouco menos de cinquenta mil habitantes. O tamanho das cidades é o tamanho potencial dos conflitos. As

condições de vida são precárias e em todas elas surgem os primeiros sinais de reforma urbana, que vão ser a característica da segunda metade do século XIX. A instabilidade econômica e institucional que caracterizam o momento de auge e decadência da produção e exportação do ouro, seja em Vila Rica, seu epicentro, seja nas demais cidades como efeito-reflexo, é o plano de fundo subjetivo e objetivo do que vai acontecer. Afetadas, seja Salvador e seja Recife – excetuada Vila Rica em confronto direto com a máquina de poder de Estado da metrópole –, pela disputa de hegemonia da cidade entre a aristocracia agrária e a aristocracia do comércio, domínio dos portugueses, e daqui a pouco também dos ingleses, seja pelo controle administrativo do governo, permanentemente confrontadas face o crescente endividamento que a aristocracia fundiária acumula com a aristocracia mercantil-financeira. Conflitos que se transferem dessas classes dominantes para o grosso da população, sobre a qual pesa o efeito econômico e social das disputas. Conflitos e confrontos que daí se irradiam para a rede de vilas e cidades espalhadas pelas áreas rurais que as circundam.

Cidades que, de um modo ou de outro, seja por conta da solidariedade territorial da economia aurífera, daqui a pouco também diamantífera, seja pelo compartilhamento dos aparelhos de controle e repressão dos circuitos do ouro, o escoamento, o contrabando, o recobrimento das trocas (geralmente pagas em ouro em pó) que a metrópole espalha pelo caminho, formam um vasto campo de entrelaçamentos, para o qual puxam as vilas e cidade de suas redes territoriais específicas. Trama de laços e reciprocidade de influências espaciais que vão se manifestar em particular nos momentos de levante urbano de cada uma. Trata-se no conjunto de um vasto retângulo que se espraia de sul a norte, com a calha do São Francisco no meio, com vértices em Vila Rica e Rio de Janeiro, além de São Paulo, na parte sul, e Salvador e Recife, na parte norte, cravado de vias e caminhos fluviais, terrestres e marítimos pelos quais estas cidades se interligam, mais intensamente aqui, menos perceptivelmente ali, numa espécie de área core da Colônia. E onde elas formam suas áreas de reticulação própria. Vila Rica, centro nervoso do ciclo do ouro, se espraia pela rede de vilas e cidades do retângulo minerário de São João D`El-Rei, São José D`El-Rei, Barbacena, mesmo Cataguases, no vale e derredor do rio das Mortes e, mais além, Mariana, Congonhas, a própria Vila Rica, e Caeté, no vale do rio das Velhas. Rio de Janeiro, o escoadouro e centro de decisões dos tensionamentos do

circuito do ouro, a que se acrescenta São Paulo, polo gerador, agora antigo, da região mineira logo ultrapassada, na modéstia de sua população (só em 1872 vai registrar trinta mil habitantes), como sede administrativa, e parte, pois, desse roteiro, é o ponto de afluência do escoamento, e ponto de entrada e difusão das importações, seja pelo caminho velho, o caminho do Paraíba do Sul, onde as vilas e cidades da parte ocidental fluminense dividem o espaço com as vilas e cidades da parte oriental paulista, seja pelo caminho novo, onde as vilas e cidades fluminenses se integram agora às vilas e cidades das zonas Sul e da Mata mineiras, via Juiz de Fora, e Vila Rica e Rio de Janeiro têm o palco comum da trama e ocorrência do drama da Inconfidência. Salvador e Recife, as pontas norte da core área, são centros costeiros originários do ciclo da cana atropelado pela chegada do ciclo do ouro, Salvador em uma simbiose com o ciclo da mineração, Recife em sua função geradora do largo espectro nordeste-norte da colônia, ambas ora braços prolongados, em uma direção como noutra, para as regiões das minas, via a calha do São Francisco, Salvador através a margem direita, Recife através a margem esquerda, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco se encontrando e dividindo as fronteiras no alto curso do rio.

Aí tudo acontece, se desdobra, no imediato das décadas finais da colônia e iniciais do país liberto, daí os acontecimentos se irradiando para os outros cantos territoriais da colônia. Propagações urbanas, que nesta virada do século XVIII e do século XIX têm por epicentro o triângulo Vila Rica, Salvador e Recife, com o Rio de Janeiro, capital da colônia, depois do império, à sobranceira.

Vila Rica de Ouro Preto é o *locus* de ocorrência da Inconfidência Mineira. Cercada da nebulosa das vilas e cidades do ouro, Vila Rica é o centro vital de uma economia por excelência urbana, a mineração. Embora subordinada, na hierarquia político-territorial da economia agroexportadora da colônia, à centralidade administrativa do Rio de Janeiro, preposto local do poder de mando do Estado colonial português, a que Vila Rica por sua vez presta contas e obediência, é contudo a economia do ouro que tem no seu ventre o centro dinâmico de tudo. Estão no Rio de Janeiro as instituições e os mecanismos de controle dos fluxos da economia aurífera, seja a exportação do ouro e seja a importação de bens de consumo e implementos vindos de fora, e assim os elementos essenciais da região das minas,

estando em Vila Rica, todavia, os elos corriqueiros da vida corrente da economia mineira, e, assim, o habitat da morada e do ciclo das confabulações daqueles que planejam e levam a cabo o intuito da insurreição. Em Vila Rica, não no Rio de Janeiro, transpira-se a tomada de consciência, no dizer de Carlos Guilherme Mota, da ideia da revolução. Se é no Rio de Janeiro que se vive o “estar em situação colonial”, do dizer de Mota, ressonando o discurso-conceito de Vilhena, um intérprete do tempo colonial olhando os levantes do período, é em Vila Rica, todavia, que se vive o espaço da realidade vivida (MOTA, 1989). Vila Rica é uma cidade cercada de outras congêneres, por onde cresce e ressoa em larga escala o burburinho do levante que nela germina. Cidade, e como ela as demais, fortemente adensada entre córregos e montanhas, sobrados amontoados e ruas estreitas e sinuosas, onde as ideias nascem e circulam com rapidez, num raio de propagação pela nebulosa urbana, a um tempo fragmentada e confundida, de cidades que a cerca. As fazendas de gado e monocultura e as ilhas de sítios de policultura ficam ao longe, numa forma de relação cidade-fazenda atravessada pela intermediação voraz de comerciantes que crescem e acumulam grande riqueza nailharga da busca febril da cidade de meios de subsistência não raro pagos em espécie: o ouro em pó movendo-se como moeda. Salvador, local de ocorrência da Conjuração Baiana, prolonga-se, por seu turno, através a rede de cidades do recôncavo, São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, mais longinquamente Feira de Santana e Vitória da Conquista, e, mais distante ainda, Jeremoabo e Jacobina, por onde se espraia o comércio da cidade para dentro e para fora, nas quatro últimas especialmente o comércio de gado, avançando com este, para além, num raio de povoados, vilas e cidades que levam ao rio São Francisco, rumo a suas áreas interiores de mineração e caminho acima até o contato do gado com Vila Rica. Recife, por fim, local de explosão da Revolução Praieira, em 1848, na culminância das rebeliões que explodem de 1710 (Guerra dos Mascates) a 1824 (Confederação do Equador), cercada de engenhos e ponto central de ligação, numa direção, a direção norte, com as capitânicas território acima – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão – e, noutra direção, para baixo, com as capitânicas de Alagoas, então parte do território pernambucano, e Bahia, e até onde os braços do São Francisco levam em direção a Minas, é o ponto de saída e convergência da enorme rede de cidades – Olinda, Igaraju, Goiana, Água Preta (local da resistência histórica

de Pedro Ivo no vale do Jacuípe), Rio Formoso, Serinhaém, Una, Pau-d`Alho, Narazaré, Bonito, Brejo, Flores –, cenário (ao contrário da Inconfidência,ilhada a Vila Rica, e da Conjuração,ilhada em Salvador) por onde se desenrolam as marchas e contra-marchas da movimentação da Praieira.

A Inconfidência Mineira é a expressão dessa complexidade de vida urbana de Vila Rica, expressa na pauta e composição social dos insurretos. Pauta longamente gestada e que encontra desfecho na reação violenta da Coroa. O alvo dos insurretos, nisso difereindo da Conjuração Baiana e da Revolução Praieira, é diretamente o aparato do Estado colonial português. Trespasado pela forte violência concreta da condição colonial. Uma pauta insurrecional, mais que de protesto à expropriação e taxaço abusiva do ouro. Pauta idealizada pela camada letrada da população urbana, camada vinda das classes sociais mais abastadas formada e lapidada nas instâncias cultas de Lisboa e Coimbra, suas universidades e centros de propagaço do iluminismo francês e do republicanismo americano, ressonada em sua divulgaço e propostas entre a camada militar, de que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é membro graduado, com a patente de alferes, e os sacerdotes, as duas portas de possibilidade de ascensáo social de então, mas com pouca entrada e poder de mobilizaço das camadas populares, a camada intelectualizada e a camada popular convivendo num distanciamento destas que vai facilitar a dissoluço e levar ao desbarate do movimento de insurreiço no seu nascedouro.

O plano de insurreiço propunha um ideário de revoluço fortemente influenciado pela agenda de mudanças e o modelo de Constituiço da independência americana. Sobretudo, a república, para isso se contando com o apoio da república americana, recém implantada, com cujos representantes os inconfidentes mantinham contato. Propõe-se a independência, a ênfase na industrializaço e a república como regime de governo, mantendo-se, entretanto, intocado o regime de trabalho escravo. Atendo-se aos nichos da camada intelectualizada, o plano não vai à frente. É denunciado e desbaratado antes mesmo de eclodir.

A Conjuração Baiana tem similitudes com a insurreiço dos inconfidentes, seguindo todavia parâmetros diferentes. Também é pensada e realizada por uma população cidadina, a população urbana de Salvador, relacionada aqui a setores das camadas populares e aos problemas sociais

urbanos de uma cidade cabeça-de-ponte de uma economia agrário-urbana que avança capitania adentro. Em particular à rede de vilas e cidades e áreas rurais do recôncavo. Cidade construída sobre um horst, com uma parte alta e uma parte baixa, entre si ligadas por inúmeras ladeiras e becos tortuosos ladeados por sobrados de três e quatro andares, Salvador está afogada em 1797 no acúmulo dos problemas de esgotamento do ciclo da cana e do ciclo do ouro, ambos fortemente presentes nas vilas e cidades do recôncavo e interior são-franciscano, vendo estes problemas se agravando desde a transferência do status de capital da colônia para o Rio de Janeiro em 1763 com pano de fundo nos efeitos dos frequentes embates da aristocracia fundiária do recôncavo e da aristocracia monopolista do comércio com a qual aquela se encontra endividada. E, assim, frente à carestia e elevação do custo de vida que daí deriva e cinde cidade na oposição entre a aliança de classe dominante às voltas com os seus enteveros e a imensa massa da população urbana que se vê como quem paga o elevado preço desse contraditório consorciamento.

A reação vem com os movimentos de protesto mobilizado por artesãos, em particular os alfaiates – de que deriva o nome com que a conjuração ficará conhecida –, militares, sacerdotes e o meio intelectual, com influência crescente nos segmentos distintos da massa popular. São protestos em forma de panfletos e cartazes divulgando a plataforma do movimento e a chamada ao levante que diariamente aparecem colados no frontispício das igrejas e prédios da cidade, e nos postes espalhados pelos lugares de maior movimentação de massa. É uma plataforma que propõe o fim da repressão, a redistribuição da propriedade na cidade e no campo, a independência, a nacionalização do comércio, a abertura das relações de comércio externo, a livre organização de ideias e organização, a justa remuneração de soldados e oficialidade, a abolição da escravatura, a república, semelhantemente à plataforma da Inconfidência, mas com forte influência das ideias da revolução francesa de 1789. Também aqui o movimento não vai além de Salvador. E dos seus proponentes. É descoberto e reprimido antes que ecloda, em 1798, nove anos depois da Inconfidência, com prisões, salga das residências dos insurretos, para que ninguém mais as ocupe, esconjuração de seus descendentes e esquartejamento de seus corpos, espalhados aos pedaços pelas mesmas residências e lugares centrais da cidade, numa selvageria maior que a repressão dos

inconfidentes, também aqui os insurretos buscando o apoio e reconhecimento da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra (RUY, 1970).

A Revolução Praieira, por fim, a mais bem sucedida das três, dá-se em Recife, em 1848. No fundo, é a culminância de uma sequência de levantes – 1810, 1817 e 1824 – que partem do Recife para as vilas e cidades de Pernambuco e se espalham pelas províncias (nova nomenclatura das capitanias) – Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará – historicamente ligadas à trajetória de Pernambuco, num movimento nordestino. Levantes que aos poucos se desprendem do caráter nativista e separatista com que se orientam para ganhar com a Praieira a característica de uma revolução de cunho essencialmente social. No que a distingue da Inconfidência Mineira e a aproxima da Conjuração Baiana. O que faz da Praieira uma revolução por excelência urbana e que traz para o âmbito do Recife e do Brasil independente a vaga dos levantes operários que se alastram pelas principais cidades europeias ao longo do ano de 1848. Numa forte semelhança do operariado e da massa popular recifense com os quarante-huitarde dos levantes urbanos europeus (CHACON, 1965; QUINTAS, 1972).

O quadro estrutural da Praieira é no geral o mesmo de fundo urbano-rural da Conjuração Baiana, mas com a propriedade da essencialidade urbana da Inconfidência Mineira. Qual seja, o pano de fundo de conflitos e alianças contraditórias que dá-se entre a aristocracia fundiária açucareira e a aristocracia mercantil e com os mesmos problemas de endividamento e hegemonia conjunta sobre a cidade. Que do Recife se espalha para Olinda e a rede de vilas e cidades que as circundam com seus canaviais, engenhos e conflitos de terra. A aristocracia fundiária que sufoca a população rural. E a aristocracia mercantil de origem portuguesa, a que a abertura dos portos acrescenta os comerciantes ingleses, cujo enriquecimento a torna uma classe mercantil-usurária financiadora da agricultura e da comercialização a taxas elevadas de juros com que mantém a aristocracia fundiária em permanente estado de endividamento. Duas frações de classe dominante que ora se aproximam e ora se distanciam em seu estado contínuo de conflito – conflito que já vem da Guerra dos Mascates de 1710 entre a burguesia mercantil do Recife e a aristocracia fundiária de Olinda e se resolve a favor daquela – e que por cima se aliam num domínio militar e político verticalizado sobre a cidade. Aliança e domínio por cima contra a

qual se volta em aliança por baixo – nisso sobretudo a Praieira se distinguindo da Conjuração e da Inconfidência - uma forte população proletária e uma forte camada de intelectuais que se juntam ao redor de uma plataforma de revolução francamente inspirada na agenda da plataforma de luta dos levantes operários e intelectuais do 1848 europeu (CHACON, 1965; QUINTAS, 1967 e 1972; SEGISMUNDO, 1949) A estrutura de classes é aqui, assim, mais demarcada e mais definida em seu cunho urbano, ainda que erguida sobre o mesmo plano geral do fundo urbano-agrário da Conjuração baiana, e esteja mais próxima do cunho fundamentalmente urbano da Inconfidência Mineira, mesmo que a mineração seja considerada no quadro econômico global da colônia. E dá à Praieira o tom proletário que não vemos na Inconfidência e já aparece num colorido ainda desbotado na Conjuração (é um levante puxado por artesãos).

A gota d'água é a mudança de governo, após um interregno de domínio liberal, mais próximo dos projetos praieiros, que vem com a queda das forças ligadas às reivindicações da massa descontente, e leva à restauração do domínio político da coligação fundiário-mercantil dominante, então temporariamente fora do poder de governo. Restauração aristocrática que provoca uma rebelião que se alastra do Recife à rede de vilas e cidades da área rural. E para além. Mas cuja razão mais profunda é a reação popular ao recrudescimento da precariedade do custo de vida estruturalmente originada da forte combinação da concentração fundiária no campo e concentração mercantil e financeira na cidade. Uma estrutura de asfixia das condições essenciais de vida que Antônio Pedro de Figueiredo, jornalista, estudioso, profundo conhecedor da realidade de Pernambuco, citado por Amaro Quintas, e editor da revista *Progresso*, de forte popularidade na cidade, que assim resume as causas da revolução, olhando para a vertente rural do levante: “Hoje mais de  $\frac{3}{4}$  da população de nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundidade de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas cultivam uma mínima parcela e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300 dos nossos concidadãos, mais, porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassallos do proprietário, cujos ódios, partido político & cia, são obrigados a explorar.

Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos *latifúndia*, deparamos nós a base dessa feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio do imenso poder que lhe dá essa manada de vassallos obedientes”. A que acrescenta, referindo-se agora à vertente urbana: “O comércio grosso-trato exige grandes capitais e por isso se acha nas mãos dos capitalistas europeus. Quanto ao comércio a retalho, que entre nós tem por base o crédito, poderia oferecer preciosas saídas a grande número de nossos concidadãos, ora reduzidos ao papel de solicitadores de empregos públicos, e estão sujeitos ao mais exclusivo monopólio de fato dos antigos colonizadores do país” (QUINTAS, 1967). Por capitalistas europeus, Figueiredo está se referindo majoritariamente aos portugueses, monopolistas do comércio mesmo depois de passadas duas décadas de independência. E por crédito, à forma como a população tem acesso aos meios de consumo necessários, recorrendo à compra a pagar (o clássico expediente do fiado) no pequeno comércio a retalho.

Antônio Pedro de Figueiredo é, por sinal, membro da camada letrada, em geral vinculada à proliferação de jornais que, seja do lado oligárquico e seja do lado insurreto, domina a vida intelectual recifense. Uma camada letrada diferente daquela da Inconfidência Mineira, mais informada na literatura e no pensamento social. Caso do *Diário de Pernambuco*, *Sentinela da liberdade*, *O esqueleto*, *A carranca*, jornais da oligarquia. E *O diário novo*, jornal cuja gráfica localiza-se na rua da Praia, em Recife, e dado esse fato dá o seu nome ao movimento popular e à revolução, *A voz do Brasil*, *A guarda nacional*, *O nazareno*, jornais da oposição liberal e popular, em geral conhecida como a oposição praieira. Além de *O progresso*, a revista, independente, de Figueiredo, mas, ao fim sempre coligada com as posições praieiras. Dois grupos da imprensa que espelham a polarização de classes que acaba por explodir em confronto no dia 7 de novembro, tomando todo o restante de 1848 e por inteiro o ano de 1849, em longos dez meses de escaramuças de rua e de confrontos armados. No que também diferencia a Praieira da Inconfidência e da Conjuração.

Dez longos meses de um movimento que se esparrama pela rede de vilas e cidades da circundância de Recife, envolvendo a massa trabalhadora dos engenhos e popular da cidade de Recife e cidades vizinhas, alargando-

se de Pernambuco para a totalidade do atual nordeste. E onde tremula a bandeira do voto livre e universal, da liberdade de comunicação e expressão, de reunião e de imprensa, do direito geral ao trabalho, da nacionalização do grande comércio e direito de exclusividade do comércio a retalho aos cidadãos brasileiros, da independência dos poderes constituídos, da extinção do poder moderador, da unidade federativa das províncias, da reforma do poder judiciário, da extinção do sistema fiscal e de juros vigente, do fim do recrutamento obrigatório, da abolição da escravatura, da centralidade da industrialização, da república como regime e forma de governo (SEGISMUNDO, 1949; QUINTAS, 1972, 1967). Ancestral da pauta dos levantes operários e urbanos de 1917-1918 em São Paulo e no Rio de Janeiro (BANDEIRA, 2017) e do longo das décadas que se estendem e antecedem o golpe de 1964 e para além (MOREIRA, ([1985] 2013).

## O significado dos levantes da transição

Três rebeliões urbanas que têm na Praieira sua forma culminante marcam a transição da colônia à independência, indicando os dois caminhos e modelos implícitos de desenvolvimento da formação social brasileira na virada do século XVIII para o século XIX. O caminho de matiz urbano-industrial, a florado pelo ciclo do ouro e reivindicado explicitamente pela Inconfidência e o caminho de matiz agroindustrial que vem do ciclo da cana e se firma com o ciclo do café como modelo prevalescente. Dois modelos opostos de desenvolvimento e de caminhos que mantêm a formação social brasileira em constante estado de tensão (MOREIRA, 2024).

E é este duplo de caminhos estruturalmente estabelecido que se vê decidindo a eleição presidencial de 2022, marcado pela divisão do país em um megacentro-oeste onde domina a votação no candidato apoiado pela vertente do agronegócio e em um *continuum* alongado das grandes metrópoles do sudeste e faixa do nordeste-norte, onde domina a votação no candidato apoiado pela vertente urbano-industrial, decidida numa eleição marcada pela pequena margem de vitória desta última. Lembrando, porque no fundo de mesma origem, o acossamento constante da primeira, como se viu nos levantes de 1789-1848. Como numa afirmação rediviva dos conflitos de transição da independência, na qual a vertente agroindustrial ao fim e ao cabo prevaleceu. E aqui ameaça em tom permanente. Espectros

de uma estrutura que explica o traço de um país de formação inacabada e tem nas cidades atravessadas pelo contraste da riqueza e pobreza sua expressão contundente.

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Aroldo de. A cidade. In: AZEVEDO, Aroldo de (org). *Brasil, a terra e o homem. A vida humana. Volume II*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 4ª edição, 2017.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.
- DIAS, Maria Odilia Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado JR*. São Paulo: Editora Brasiliense/UNESP, 1989.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. Rio de Janeiro: *Boletim Geográfico*, ano 2, nos. 14 e 15, IBGE, 1944.
- FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d`el rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kaitós Livraria Editora, 1983.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: CBPE-INPE/MEC, 1963.
- HAHNER, June E. *Pobreza e política. Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira [edição reescrita de O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Estudo sobre sociedade e espaço. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985]. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- *Brasil, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia da revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução praieira. Ensaio de interpretação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. O Nordeste: 1825-1850. A revolução praieira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPO, Pedro Moacir (orgs). *História da civilização brasileira Tomo II*. Volume 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

RUY, Afonso. *A primeira revolução social brasileira (1798)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

SEGISMUNDO, Fernando. *História popular da revolução praieira*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1949.

## AUTOR

### Ruy Moreira

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo-USP e Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. É graduado (licenciado e bacharel) em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, mestre em Geografia por esta mesma Universidade. Dedicado a questões de ontologia e epistemologia da geografia e da singularidade do país-total Brasil, seu objeto real de pesquisa é o encontro de uma teoria geral da geografia e de uma teoria geral do Brasil que esclareça, por sua geograficidade, o segredo recôndito do enigma Brasil, sua pluralidade, estrutura e significado.

E-mail: [ruymoreira@uol.com.br](mailto:ruymoreira@uol.com.br)

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6590336518796945>

---

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em agosto de 2024.